


[illegible]



Nº DO PROCESSO 0020137/2024	DATA DE ENTRADA 22/08/2024 08:24:48
SETOR DO USUÁRIO COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL	
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO CP 01/2024	

QUERENTE	
SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

[illegible]

<div data-bbox="159 1753 252 1854">  </div> <div data-bbox="274 1778 675 1843"> <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p> </div>	<div data-bbox="812 1771 1005 1792"> <p>Nº DO PROCESSO</p> </div> <div data-bbox="812 1827 1091 1868"> <p>0020137/2024</p> </div> <div data-bbox="1200 1771 1393 1792"> <p>DATA ABERTURA</p> </div> <div data-bbox="1177 1834 1428 1859"> <p>22/08/2024 08:24:48</p> </div>
<p>REQUERENTE SOUZA E COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMA LTDA</p> <p>ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL</p> <p>COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO CP 01/2024</p>	

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DESTA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

SOUZA & COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.162.203/0001-93, sou, com sede na RUA GETULIO VARGAS, 87 SALA 103, CENTRO, na Cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 26255060, vem respeitosamente, por meio do seu representante legal

IMPUGNAÇÃO O EDITAL

Modalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
LEI VIGENTE: 8666/93
Edital de Licitação Nº 01/2024
Valor Total da licitação: R\$ 84.446.715,14
Órgão Licitante: PREFEITURA DE MARICÁ

BREVE SÍNTESE

Ocorre que na presente concorrência, não conseguimos ter acessos as planilhas orçamentárias, devemos expor que a presente planilhas orçamentárias fazem parte da publicidade da referida concorrência, o simples fato da não transparências das citadas planilhas orçamentárias dificulta a verificação da maior relevância técnica esta que deve fazer parte do valor significativo do objeto licitado.

Além do mais sem as planilhas com os valores reais licitados e com sua publicidade efetiva, dificulta a apresentação de proposta de preço exequível, trazendo transtornos a esta concorrência e até mesmo a economicidade ao longo do contrato prestado, aumentando a possibilidade de fraude ao erário.

Devemos expor que além das referidas planilhas orçamentárias, não conseguimos visualizar os preços de mão de obra do mercado na presente concorrência, **COMO CHEGAMOS AO CUSTO DE MÃO DE OBRA EFETIVO**, quais encargos sociais estão sendo utilizados na presente concorrência? a parte de **INSS** está no preço final de custo da obra?

Bem esses tipos de perguntas poderiam ser sanados com a **PUBLICIDADE E TRANSPARENCIAS DAS PLANILHAS ORÇAMENTARIAS E COMPOSIÇÃO UNITÁRIA DE MÃO DE OBRA**.

DA MODALIDADE LICITATORIA

A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser base jurídica da lei 8666/1993 esta que traz a legalidade deste objeto, o que especifica da seguinte forma.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

DA PUBLICIDADE DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

Conforme relatado no Pedido de Adiamento, não conseguimos identificar a no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ou em Jornal de Grande Circulação neste Estado.

De igual modo, não conseguimos ter acesso as Planilha Orçamentária nem pelo próprio portal da transparência e muito menos de forma física, onde este ato administrativo, restringi a competitividade do processo editalício e aumenta o risco em engenharia podendo assim deixar o objeto final mais onerado, ou até mesmo a não entrega do objeto por falta de transparência em seu processo editalício.

A ausência de Publicação do aviso contendo o resumo do edital da Tomada de Preços em referência no Diário oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação fere o disposto no artigo 21, incisos II e III, da Lei Federal nº 8.666/93, a seguir transcrito:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.

§ 2º prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será:

III - quinze dias para a tomada de preços, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso anterior, ou leilão;

§ 3º Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

§ 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

A necessidade da referida publicação é pacífica nos Tribunais de Contas, podendo ser destacado o seguinte Acórdão do TCU:

ACÓRDÃO 727/2010-Primeira Câmara DATA DA SESSÃO: 23/02/2010
RELATOR: AUGUSTO NARDES SUBTEMA

Princípio da publicidade

OUTROS INDEXADORES

Obrigatoriedade, Diário Oficial da União TIPO DO PROCESSO
REPRESENTAÇÃO

ENUNCIADO É dever do gestor observar rigorosamente o disposto no art. 21 da Lei 8.666/1993, promovendo a publicação dos avisos de editais de concorrência ou de tomadas de preços em jornal diário de circulação no Estado e, se houver, no Município, bem como no Diário Oficial do Estado, sem prejuízo da publicação no Diário Oficial da União, quando o objeto licitado tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidos por instituições federais.

Cabe destacar ainda o desatendimento ao princípio da ampla publicidade estabelecido no artigo 3º do mesmo dispositivo legal, conforme a seguir:

Art. 3º—º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º é vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Desta forma, a SOUZA & COSTA CONSTRUCAO E REFORMAS vem impugnar o Edital supracitado, tendo em vista o flagrante desatendimento ao artigo 21, incisos II e III, c/c o artigo 3º ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

DESIGNAÇÃO DE NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

Face ao acima exposto, é imperioso que o instrumento convocatório seja objeto de alterações significativas e de republicação observando os ditames legais.

Neste sentido, e após tais alterações, a ora Impugnante requer que seja redefinida a data para a sessão pública de recebimento e abertura das propostas, nos termos do artigo 21,

§4º., da Lei Federal n.º 8.666/1993, in verbis:

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: [...]

§ 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será: [...]

- Quarenta e cinco dias para: [...]

b) concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".

- Trinta dias para:

a) concorrência, nos casos não especificados na alínea "b" do inciso

anterior; § 4o. Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

DA LEGALIDADE

O princípio da legalidade é um princípio constitucional e uma garantia fundamental por meio da qual se estabelecem os limites de punir no estado democrático. Em resumo, o princípio da legalidade pressupõe que o estado não pode tomar nenhuma ação punitiva, administrativa ou restritiva contra o indivíduo se não houver, para tal, previsão em lei.

Constituição federal

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

DA COMPETITIVIDADE

O princípio da competitividade, por sua vez, tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.

Constituição federal-1988

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências dignas, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - Livre concorrência;

IX - Tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte

DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO - RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL - EXCESSO DE FORMALISMO

A finalidade da licitação, como referido é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo exacerbado e preciosismos no julgamento.

Não se pode permitir que por EXCESSO DE FORMALIDADE uma empresa mais qualificada ao cumprimento do objeto seja desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. **O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #76114690)**

Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a recorrente, há grave inobservância ao princípio da **RAZOABILIDADE** e **PROPORCIONALIDADE** com a sua exclusão, conforme destaca a doutrina:

*"Os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**, que se inter-relacionam, cuidam da necessidade de o administrador aplicar medidas adequadas aos objetivos a serem alcançados. De fato, os efeitos e consequências do ato administrativo adotado devem ser proporcionais ao fim visado pela Administração, sem trazer prejuízo desnecessário aos direitos dos indivíduos envolvidos e à coletividade." (SOUZA, Alice Ribeiro de. *Processo Administrativo do concurso público*. JHMIZUNO. p. 74)*

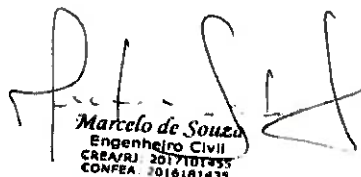
ISTO POSTO, diante desta ilustre comissão permanente e da plena comprovação de atendimento AO REQUISITOS MINIMOS DA MODALIDADE LICITATORIA, REQUER, o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO com a finalidade de TRAZER TRANSPARENCIA E PUBLICIDADE EXIGIDA NA PRESENTE PEÇA

DOS PEDIDOS

Tão logo do exposto nesta representação, peço encarecidamente que egrégio reconsidere os seguintes pedidos:

- Conhecimento da tutela de urgência
- Julgamento perante os termos citados para que assim seja gerada jurisprudência.

"Trabalhismo de um lado e mercado do outro movem a vida quantificada e precificada."



Marcelo de Souza
Engenheiro Civil
CREA/RJ 2017101955
CONFEA 2016181434

SOUZA & COSTA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA
CNPJ: 26.162.203/0001-93
SOCIO ADMINISTRADOR: MARCELO DE SOUZA E SILVA JUNIOR